

Dança dos Caciques

A nação começa a temer que o corporativismo, as disputas partidárias, a tentativa de proteger amigos e parentes, as delongas e acusações generalizadas desestabilizem e desacreditem a CPI do Orçamento.

É inadmissível que alguns dos parlamentares da primeira lista fornecida por José Carlos Alves dos Santos, como Ibsen Pinheiro, José Luis Maia, Paes Landim e Carlos Benevides, citados ao lado dos anões, tenham evitado depor até agora. A persistirem as contemporizações e adiamentos sucessivos, a Comissão estará admitindo tacitamente que tem dois pesos e duas medidas.

É consternante que após a divulgação dos documentos apreendidos na casa de Ailton Reis, diretor da construtora Norberto Odebrecht, a CPI não tenha mais critérios objetivos e transparentes de indiciamento. Por que convocar Eraldo Finoco, que não é sequer o autor da emenda mencionada nos papéis de Reis, e poupar Miguel Arraes que teria solicitado uma mesada de milhares de dólares?

É constrangedor assistir a alguns caciques da política, como os senadores José Sarney, Mauro Benevides e Saldanha Derzi, tentando salvar a cabeça de seus filhos, respectivamente, Roseana Sarney, Carlos Benevides e Flávio Derzi. O episódio Roseana — em que levantou-se a suspeita de um acordo entre o grupo de parlamentares ligado a Sarney e o PT, interessado em evitar a CPI da CUT — quebrou de vez a confiança em nossa “operação mãos limpas”.

Está cada vez mais claro que o maior drama do Brasil se localiza na baixa qualidade do seu serviço público. Está certo o ministro Fernando Henrique Cardoso, ao identificar nos interesses corporativos e na falta de espírito público dos quadros do Estado os principais obstáculos à estabilização da economia e à modernização política do país.

Historicamente, Brasília e o regime militar agravaram essas vicissitudes. Brasília, rebaixando o nível da classe política, alienando-a das reais necessidades da nação, burocratizando os espíritos e deturpando o significado da representação. O regime militar, encorajando a submissão e a troca de favores pelo fortalecimento dos interesses miúdos dos grotões, pela nordestinização dos hábitos e das mentalidades, pelo estímulo ao cabresto das oligarquias e parentelas.

Homens como Milton Campos, Gabriel Passos, Ulysses Guimarães, José Américo de Almeida, Agamenon Magalhães, Alberto Pasqualini, Carlos Lacerda foram substituídos por José Geraldo de Oliveira, Genebaldo Corrêa, Manoel Moreira, Inocêncio de Oliveira, Fábio Raunheiti e Nobel Moura.

O caso de Ibsen Pinheiro é emblemático. A bancada gaúcha sempre o considerou um homem ético e dotado de espírito público. O Congresso o tinha como um membro de sua elite. A descoberta de cerca de US\$ 1 milhão em suas contas caiu como um raio. Foi ele quem indicou os anões do PMDB para a Comissão do Orçamento. Foi ele quem apoiou Genebaldo para líder do seu partido, contra seu conterrâneo Nelson Jobim, em 1991.

A princípio resumiu sua defesa numa sentença vaga e dissimulada: “Oferecerei, no local e momento adequados, todas as satisfações, que serão cabais, limpidas como a verdade e como a minha consciência”. Parece frase de Galileu perante a Inquisição. Só que Ibsen não deu satisfações e as parcas explicações ensaiadas foram esfarrapadas ou opacas como a mentira.

Mentiu nas datas e nos valores das transações, desbloqueou dinheiro na véspera do confisco, usou argumentos que lembram os do Fiat Elba e da Operação Uruguai, teria um apartamento em Nova Iorque e conta bancária em Caimã. Tenta adiar desesperadamente seu comparecimento à CPI do Orçamento, na esperança de que o embaraço de seus pares o acabem poupando de um vexame.

Vamos deixar dessa história de que, no fundo, é bom sujeito. Deve ser convocado imediatamente: ele que se defenda. A nação está farta de sentimentalismo e de corporativismo. Não se contenta apenas com os anéis (anões), quer também os dedos. A faxina deve ser completa. O que está em jogo tem dimensão maior do que esse simples episódio.

O tempo trabalha contra a CPI. A corrupção, mais do que a apropriação indébita de verbas, é a própria desagregação da coisa pública. Por essa razão, é preciso que os culpados sejam impiedosamente punidos. Em seguida, será indispensável fazer leis e normas para institucionalizar as mãos limpas. Como disse o próprio Ibsen Pinheiro, “o que o povo quer, esta Casa acaba querendo”. A frase, hoje, se vira contra ele. Sabemos todos o que o povo está querendo.